

As Amazônias de Carlos Walter Porto Gonçalves: uma fronteira da diversidade

*Carlos Walter Porto Gonçalves's Amazons:
a boundary for diversity*

José Antônio Guilherme Junior

Doutor em Geografia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

guilherme.junior@ifpa.edu.br

RESUMO: O presente artigo enfatiza alguns aspectos da obra Carlos Walter Porto Gonçalves, dando primazia as suas proposições sobre a Amazônia, no que diz respeito a três aspectos centrais: a Amazônia e seus padrões de ocupação, as visões e representações sobre a região e sua caracterização como espaço de resistência. A base de dados acessada foram livros, artigos e trechos de entrevistas proferidas pelo autor. A partir de suas proposições foi possível identificar um alinhamento de seu pensamento com correntes teóricas emancipatórias e pós-coloniais que concebem a região como um espaço com forte conteúdo histórico-social e de resistência ao avanço do capital moderno-colonial em diferentes momentos.

Palavras-chave: Amazônias. Região. Resistência.

ABSTRACT: *The following article addresses a range of aspects of Carlos Walter Porto Gonçalves' work, highlighting to his propositions regarding the Amazon, concerning three central aspects: the Amazon and its patterns of occupation, the visions and representations of the region, and its characterization as a space of resistance. The accessed database included books, articles, and excerpts from interviews conducted by the author. From his propositions, it was possible to identify an alignment of his framework with emancipatory and post-colonial theoretical currents that conceive the region as a space with a strong historical-social content and resistance to the advancement of modern-colonial capital at different moments.*

Keywords: *Amazons. Region. Resistance.*

INTRODUÇÃO

A formação acadêmica de Carlos Walter Porto Gonçalves guarda uma centralidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobretudo, no que diz respeito à sua construção enquanto geógrafo. Nessa instituição, o autor graduou-se em 1972, concluindo, ainda, o mestrado em 1985 e o doutorado em 1988. Entre os assuntos desenvolvidos na pós-graduação estão a problemática ambiental e seus aspectos político-sociais. Na dissertação, por exemplo, o título foi “Os limites ‘do limite do crescimento’: contribuição ao estudo da relação Natureza e História”. Já na sua Tese de doutoramento, a territorialidade seringueira, foi objeto de reflexão e de forma conjunta a Amazônia, já que seu texto versava sobre os seringueiros do Acre, cujo trabalho foi intitulado “Geografando: Nos Varadouros do Mundo: Da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira; Do Seringal à Reserva Extrativista”.

Na sua trajetória político-acadêmica uma relação é particularmente privilegiada, a dos movimentos sociais como protagonistas na produção de seus territórios. Em razão desse engajamento, durante a realização do doutorado, o autor interrompeu os estudos para assessorar os seringueiros que articulavam a “União dos povos da floresta”. Organização que teve a figura de Chico Mendes entre os seus fundadores e articuladores¹. A experiência com os movimentos sociais no “chão da floresta” delimitou diretamente a agenda de pesquisa desenvolvida pelo autor, cuja base empírica focalizou a América Latina, o Brasil e a Amazônia nas suas diversas configurações.

A ênfase aos movimentos sociais como sujeitos na constituição do espaço se deve a uma postura política e analítica que busca enxergar os territórios a partir de lógicas contra-hegemônicas, nesse sentido, os movimentos sociais são vistos como “entes” geográficos que produzem espaços (grafam a terra) lutando contra uma ordem espacial estabelecida.

Outro aspecto relevante na obra do autor é sua formação marxista não ortodoxa. Isso porque, essa postura lhe permitiu desenvolver pesquisas buscando uma maior amplitude dos sujeitos sociais investigados, avançando para além da classe *stricto sensu*. Dessa forma, indígenas, camponeses, extrativistas, movimentos sociais são alguns dos grupos priorizados por Porto-Gonçalves. Sua postura analítica permitiu enxergar outros sistemas de exploração que perpassam não somente a situação econômica, mas também, étnica e cultural. A referida afiliação do autor foi de grande valia na investigação de grupos indígenas, camponeses e extrativistas na Amazônia e na América Latina.

¹ PORTO-GONÇALVES. Entrevista com o Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves – Geografia e Resistência. Youtube, 21 de maio de 2021. Disponível em: www.youtube.com/@GENATUFPB/videos. Acesso em: 01 mar. 2023.

Sua atuação transpõe as universidades brasileiras, tendo uma projeção latino-americana e mundial, um exemplo disso, é o trabalho junto a Universidade Nacional de Córdoba – Argentina e a atuação no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), entidade que reúne países da América Latina e outros continentes. A obra de Porto-Gonçalves recebeu diversas condecorações, que evidenciam o reconhecimento de sua produção acadêmica. Dentre as homenagens estão: o Prêmio Chico Mendes na Categoria de Ciência e Tecnologia pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2004; Prêmio Casas de las Américas em Literatura Brasileira, em 2008, em Havana, Cuba, com o livro “A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização”; Prêmio Geógrafo de Destaque - Manoel Coreia de Andrade, concedido pela ANPEGE, em 2017; Prêmio Milton Santos de Mérito Geográfico, outorgado pelo XVII Encontro de Geógrafos da América Latina, em 2019, Quito Equador.

Todos esses aspectos levantados dão conta da relevância da obra de Porto-Gonçalves para o Brasil e a América Latina. Nesse artigo o objetivo principal é elucidar a contribuição do autor para pensar a Amazônia. Para isso, utilizou-se como base dois livros: “Amazônia, Amazônias” e “Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso”. De modo complementar, também são analisados alguns artigos e palestras proferidas, pelo autor disponibilizada no *YouTube*, os elementos identificados são fundamentais para se pensar a região à luz da geografia.

Nesse sentido, a metodologia envolveu a leitura e sistematização de livros e artigos, bem como, a síntese e transcrição de trechos de palestras proferidas pelo autor sobre a Amazônia e sua trajetória intelectual. Para organizar o texto, dividiu-se em quatro partes. Além dessa introdução, um tópico sobre os padrões de ocupação da região, em seguida um sobre as visões e representações da Amazônia e, por fim, a região como um território marcado pela resistência.

A Amazônia e seus padrões de ocupação: as marcas de um processo

Um importante ponto de análise proposto por Porto-Gonçalves (2012), na obra “Amazônia, Amazônias”, diz respeito ao “desenho” espacial escrito ao longo de sua história, que determinou a estruturação de dois padrões ocupacionais principais: o padrão Rio-várzea-floresta e Estrada-terra-firme-subsolo. Apesar de suas limitações, essa proposição oferece várias perspectivas importantes para a compreensão da região. Em primeiro lugar, como um produto histórico, a região pode ser compreendida à luz de suas transformações ao longo do tempo, em sintonia com as sucessivas divisões territoriais do trabalho. Outra perspectiva, é considerar de maneira relacional as formas de ocupação e exploração econômica com as escalas espaciais e de poder, conforme observa o autor.

[...] Cada um desses padrões foi sendo criado ao longo da formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo e é a materialização, na Amazônia, dos conflitos de interesses entre diferentes segmentos e classes sociais que, estando ou não localizadas na região, imprimiram suas marcas (grafias) a essa terra (geo), geografando-a [...] (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.79)

De acordo com o que dispõe o autor o processo de ocupação do espaço regional amazônico é resultado de uma “geopolítica” mais ampliada que envolve o capitalismo internacional, as disputas coloniais e a conexão com as redes mundiais de comércio. Na prática, o direcionamento da exploração econômica, na floresta ou no subsolo, se por meio dos rios ou por estradas tem ligação direta com as sucessivas divisões territoriais do trabalho que se expressam na exploração capitalista e nas políticas de efetivação do capital na região. Nos parágrafos seguintes, cada padrão é analisado nos seus aspectos estruturantes.

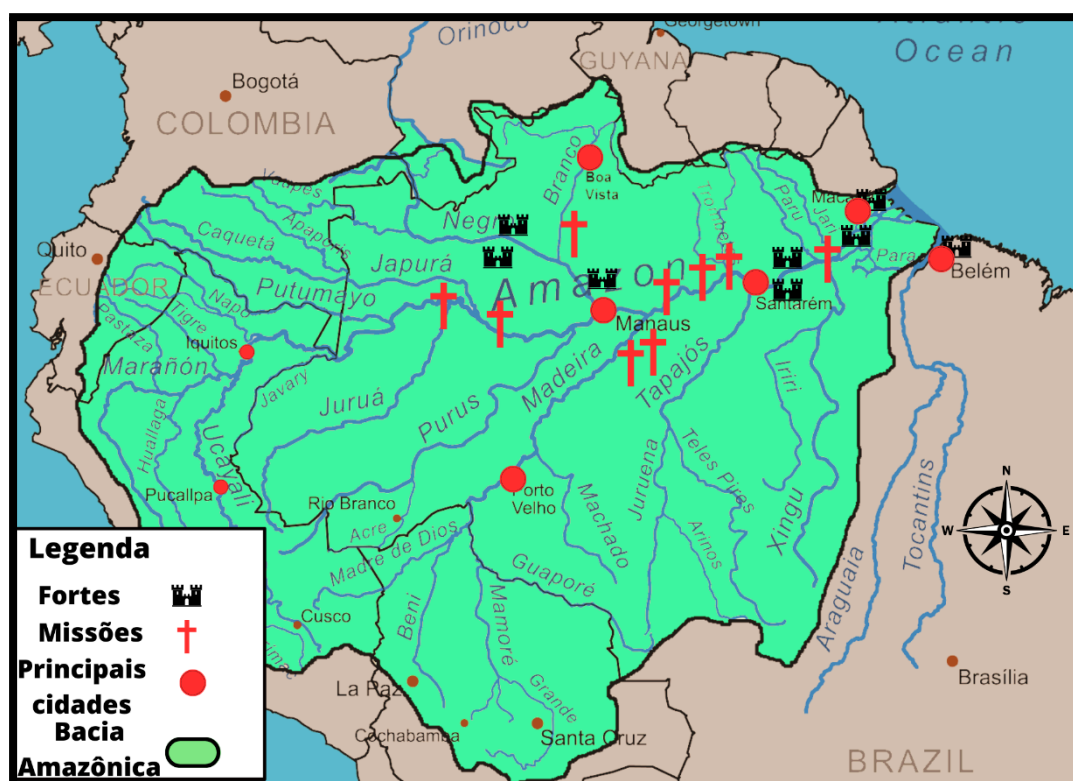
O padrão rio-várzea-floresta

Primeiramente, obedecendo a ordem temporal, tem-se o padrão Rio-Várzea-Floresta, que, segundo o autor, prevaleceu do início da colonização no século XVII até meados do século XX, com as políticas de ocupação direcionadas pelos governos militares a partir de 1964. O aspecto central indicado pela proposta de Porto-Gonçalves (2012) é compreender a Amazônia como um espaço de dominação colonial, cuja efetivação respondeu às demandas geopolíticas das potências ibéricas, associadas a tensões com outras potências europeias. Ao longo desse período, as relações de exploração foram consolidando marcas territoriais que, em certa medida, apresentam traços de continuidade em relações contemporâneas.

Nesse primeiro momento, as ações econômicas estiveram voltadas à hileia amazônica e a sua rede hidrográfica, priorizando as atividades extrativas. A região tornou-se objeto de disputa colonial entre as potências europeias, que visavam ampliar suas áreas de dominação. Diversos países estavam envolvidos nessa contenda, incluindo França, Inglaterra, Holanda e, principalmente, as potências ibéricas Espanha e Portugal, sendo este último protagonista na ocupação da Amazônia brasileira.

A estratégia de domínio territorial empreendida por Portugal baseou-se no controle e dominação de pequenos espaços territoriais, desencadeadas pela construção de fortalezas militares e missões religiosas, que foram distribuídas ao longo dos rios. Essa estratégia atendia aos interesses portugueses pela eficiência de dominar grandes porções de terra dispondo de um pequeno contingente populacional. Esse fenômeno está representado espacialmente na Figura 1.

Figura 1: Fortificações e missões religiosas na Amazônia (Séc. XVI e XVII)



Fonte: Arruda, José Jobson (1986). Organizado e adaptado pelo autor do artigo.

Como demonstrou Porto-Gonçalves (2012), esse padrão espacial imposto à Amazônia, principalmente em sua fase inicial, esteve diretamente relacionado ao domínio do Estado português sobre a região, indo além das fronteiras determinadas pela dinâmica natural do território. Assim sendo, o poder português assegurou a ocupação da Amazônia e a vinculou ao controle físico e ideológico do território. Essa estrutura colonial esteve fundada em um tripé que organizou as relações de produção e de poder,

[...] 1) na guerra, como instrumento básico de captura, submissão e extermínio do outro colonizado; 2) no pastorado, como uma arte de conduzir, controlar, manipular, em síntese, como estratégia de exercício do poder das ordens religiosas para catequizar as populações autóctones; e 3) na dominação do ouro vermelho, termo que usou o Padre Antônio Vieira para definir o significado das populações indígenas como a base da produção da riqueza regional [...] (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p.80)

A fundação da cidade de Belém (1616), por exemplo, marcou muito bem a estratégia do Estado português, pois surgiu “ [...] sob esse signo da cruz e da espada, com o significativo nome Forte do Presépio” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81). Dessa forma, a criação de fortificações militares fixando pontos de controle e defesa do território nas proximidades de importantes rios, foi crucial para garantir o controle geopolítico de grandes porções da região amazônica.

Consequentemente, para efetivar o domínio territorial e garantir uma funcionalidade econômica, foi necessário controlar os povos e as populações locais. Assim, os indígenas foram arregimentados pelas missões e utilizados na exploração das chamadas “drogas do sertão”, um conjunto de especiarias extraídas da floresta que eram comercializadas na Europa. Como resultado dessa estratégia territorial portuguesa, diversos aldeamentos e vilas surgiram ao longo da rede hidrográfica e posteriormente transformaram-se em cidades, destes, são exemplos: Santarém (Rio Tapajós), Óbidos (Rio Trombetas), Manaus (Rio Negro), Tefé (Rio Jurupá) e Belém (Baía do Guajará).

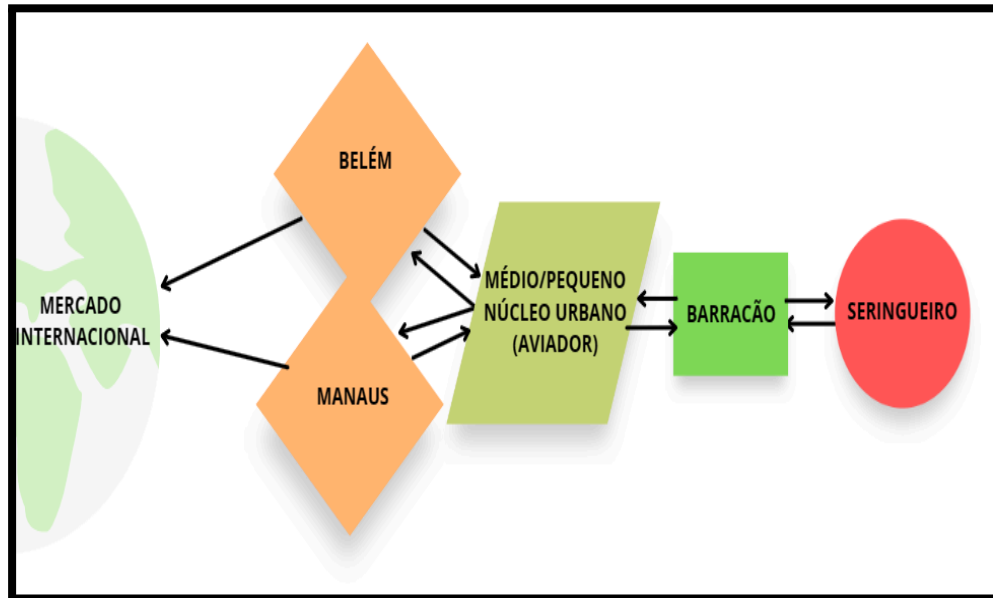
Nesse padrão de ocupação, onde Igreja e Estado exerciam papéis decisivos no processo de dominação da região, as missões religiosas desfrutavam de privilégios econômicos devido ao monopólio na exploração da mão de obra indígena. Esse cenário mudou com o governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, em 1750, quando as ordens religiosas foram expulsas e uma nova fase de ajustamento ao domínio Português teve início (PORTO-GONÇALVES, 2012).

A gestão pombalina adotou uma série de medidas para modernizar a região e diversificar as atividades produtivas. Entre elas, destacam-se as doações de terras (sesmarias), a introdução de mão de obra escrava africana, o incentivo à agricultura e a revitalização da pecuária (PORTO-GONÇALVES, 2012). Ao longo da várzea, estabeleceu-se um complexo sistema de extrativismo, pesca e agricultura. Como intermediário comercial entre essas áreas, surgiu um personagem mercantil conhecido como regatão, responsável por fazer a ligação entre as comunidades ribeirinhas e a capital Belém (PORTO-GONÇALVES, 2012). Esse fato é de extrema importância, pois evidencia os primórdios da complexificação do espaço socioeconômico da região.

Outra frente econômica importante na organização do padrão Rio-Várzea-Floresta foi a exploração da borracha. Consonante ao que defende Porto-Gonçalves (2012), a economia gerada pela goma elástica amazônica, teve um papel imprescindível na modernização das metrópoles Belém e Manaus. Além disso, essa atividade consolidou elites agrárias locais, que enriqueceram explorando a mão de obra nordestina nos seringais espalhados “floresta a dentro”. Esse sistema foi viabilizado pelo fortalecimento do chamado “aviamento”, um sistema de crédito pelo qual os trabalhadores trazidos do Nordeste eram obrigados a pagar por suas despesas com a viagem, produtos e mantimentos, e isso era condição para permanecer no seringal. Os produtos, corriqueiramente eram comprados a preços superfaturados pelos seringueiros.

A economia da borracha reforçou a centralidade dos rios como vias de circulação comercial e a floresta como espaço de exploração econômica para onde os agentes do capital direcionavam seus esforços. O extrativismo vegetal, que já era praticado há décadas na região, passou a exportar volumes cada vez maiores da borracha amazônica. Essa economia envolvia diversas relações que estão esquematicamente representadas na Figura 2.

Figura 2: Esquema da Economia da Borracha



Fonte: Porto-Gonçalves, 2008. Adaptado pelo autor do artigo.

Nesse sistema, os seringueiros eram o elo mais fraco da cadeia, pois viviam sob a exploração dos seringalistas. O desenvolvimento do comércio da borracha beneficiou as duas maiores cidades da região, Belém e Manaus, sendo Belém a ponta do sistema, intensificando o fluxo de capitais e abrigando, junto com Manaus, parte da elite econômica da região.

Nesse contexto, podemos dizer que o padrão espacial imposto à região Amazônica refletia um conjunto de estratégias de controle territorial colocadas em prática pelo Estado português dentro de um projeto colonial de exploração. A divisão territorial do trabalho de cunho colônia ficou evidente, uma vez que, a base econômica estava voltada para a apropriação extrativista de riquezas oriundas da floresta, por meio da exploração da mão de obra composta por povos indígenas, extrativistas e comunidades camponesas, cujo trabalho garantia lucros e dividendos às elites coloniais e locais. Todo esse conjunto de relações cristalizou processos que se mantêm, em graus variados, até os dias atuais. Como elemento central desse padrão, temos que a base de exploração econômica permaneceu direcionada para os rios e principalmente para a floresta.

No entanto, é importante ressaltar que essa exploração econômica desenhou um modelo de ocupação que trouxe consequências socioambientais significativas para a região. A exploração intensiva da floresta e a concentração de terras nas mãos de poucos foram responsáveis pela degradação ambiental, pelo deslocamento de populações tradicionais e pela perda de biodiversidade. Além disso, a dependência de atividades extrativistas, como a borracha, evidenciou a fragilidade econômica da região diante das oscilações do mercado internacional.

Dessa forma, compreender o padrão espacial e os processos históricos de ocupação da Amazônia é fundamental para uma análise crítica e a busca por alternativas de desenvolvimento sustentável na região. A obra de Porto-Gonçalves nos proporciona uma visão aprofundada sobre essas questões, permitindo uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades de transformação socioeconômica e ambiental da Amazônia.

Padrão Estrada-Terra-Firme-Subsolo

A política adotada pelos militares foi marcada por uma postura autoritária e uma visão instrumentalista sobre a região. Segundo o autor, “novos colonizadores” passaram a penetrar na região, numa espécie de “colonialismo interno”. Isso se manifestou, por exemplo, na apropriação das faixas de terra ao longo das rodovias federais, com o objetivo de impor uma colonização forçada a imigrantes de outras regiões, principalmente nordestinos. Essa medida funcionou como uma “válvula de escape” para as tensões territoriais presentes em outras regiões brasileiras.

A Amazônia foi propagandeada como “a terra” (mais uma vez prometida) para os sem-terra. A apropriação de grandes áreas destinadas à exploração mineral e à infraestrutura energética reafirmou a tendência de um projeto associado aos interesses externos à região, dentro de grandes planos de desenvolvimento nacional. A lógica era atender os interesses econômicos, nacionais e internacionais, desconsiderando, assim, as condições culturais e ecológicas. Os “tempos lentos” foram substituídos pelo tempo do capital (PORTO-GONÇALVES, 2012). Nessa lógica, algumas construções foram emblemáticas, como é o caso da Rodovia Transamazônica (Foto 1), que tinha como objetivo ligar a região ao nordeste brasileiro.

Foto 1: Trecho da Rodovia Transamazônica



Fonte: www.acervoglobo.com. Acesso em: 21 fev. 2021.

Como se verifica, para além de uma mudança exclusivamente de matriz econômica, que deixou de ser o extrativismo vegetal e passou a ser o agromineral, esse novo padrão também representou uma modificação na morfologia do poder econômico regional. As elites regionais, que tinham seu poder capitaneado pelas atividades extrativas (drogas do sertão, borracha, castanha), passam a exercer um papel secundário em um cenário espacial de novos atores, entre os quais podemos citar grandes empresas agropecuárias, multinacionais de exploração do minério, grandes latifundiários, bancos e o Estado dentro de uma aliança estratégica.

Em suma, a análise dos padrões de ocupação da Amazônia, proposta por Porto Gonçalves (2012), revela a complexidade histórica e geográfica da região. Esses padrões são reflexos das dinâmicas de poder e dos interesses geoeconômicos que moldaram o processo de ocupação ao longo do tempo. O padrão Rio-várzea-floresta evidencia a dominação colonial e a exploração das riquezas da hiléia amazônica, com destaque para o extrativismo e a economia da borracha. Por outro lado, o padrão Estrada-terra-firme-subsolo revela uma abordagem instrumentalista e autoritária, voltada para a apropriação de terras e recursos minerais, desconsiderando as condições culturais e ecológicas da região.

No entanto, a proposição apresenta uma limitação em relação à falta de aprofundamento teórico e empírico sobre as possíveis coexistências dessas duas espacialidades propostas pelo autor. Em algumas regiões da Amazônia, o rio continua tendo uma centralidade na dinâmica social e econômica das comunidades, ao mesmo tempo que esses sujeitos são constantemente impactados por projetos de desenvolvimento que reproduzem o padrão autoritário e predatório dos governos militares.

As visões e representações sobre a Amazônia

Outro aspecto sugerido por Porto-Gonçalves (2012, 2017) é a análise das visões e representações construídas sobre a Amazônia. Essas representações refletem visões e comportamentos que suprimem as dinâmicas locais e, na verdade, funcionam para legitimar a dominação e a exploração capitalista do território. Ao mesmo tempo, e diretamente ligado a esse processo, está a negação dos modos de vida, a violência física, cultural e simbólica contra os povos que vivem nessa região. No seu conjunto, estas imagens/representações têm uma matriz colonial e, nesse sentido, apontam para a necessidade do controle dos recursos e dos saberes locais.

Para Porto-Gonçalves (2017) a matriz de pensamento que alicerçou as práticas políticas direcionadas a região, desde os tempos áureos da colonização portuguesa, tiveram na sua “escritura genética” a colonialidade, processo que classifica, hierarquiza e naturaliza relações de poder e dominação entre os povos e lugares. Nessa perspectiva impõe uma

classificação racial/étnica sobre as populações e seus territórios de existência. Esse padrão de poder atua sobre várias dimensões materiais e subjetivas da escala social e cotidiana (QUIJANO, 2009). No caso amazônico, o referido padrão, tem se manifestado de maneira mais aguda nas ações de exploração ambiental e desterritorialização das populações locais.

Por essa razão Porto-Gonçalves (2017) salienta que, na matriz moderna de pensamento está a inspiração para o controle e a dominação regional, axiomas que funcionaram como elementos de desarticulação das sociedades/naturezas amazônicas. O pensamento acerca da região, na perspectiva do autor, está marcadamente permeado por quatro elementos que, de maneira direta e indireta, (des)constroem a realidade local em uma ação colonizadora. São eles: a) a separação entre natureza e sociedade, b) a dicotomia entre espaço e tempo, c) a visão linear da história e d) o etnocentrismo.

O “enquadramento” do complexo sistema amazônico a parâmetros científicos modernos de matriz europeia corrobora para ações de controle e ocupação que têm se mostrado extremamente nocivos para o ambiente e a sociedade que historicamente ocupa a região, o produto emergente desse processo tem sido uma história de perdas e danos, como bem assinalou Loureiro (2002).

O olhar colonial perpassa as formas de observar a região e instrumentaliza ações de “desenvolvimento” que claramente desconsideram dinâmicas e processos locais fundamentais. Com base nas obras de Porto-Gonçalves (2012, 2017), é possível identificar algumas imagens que se tornaram um “consenso perverso” no imaginário sobre a região, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Principais imagens sobre a Amazônia indicadas na obra de Porto-Gonçalves

Imagens sobre a Amazônia	Principais ideias vinculadas	Principais críticas/observações
Região inventada	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de critérios discricionários, para delimitação do espaço. Foco em aspectos naturais como extensão, clima, rede hidrográfica e manto florestal. Negação da formação social dos povos originários. 	<ul style="list-style-type: none"> Delimitação arbitrária e que homogeneiza os elementos da região a partir de critérios supostamente científicos/neutros, mas que justificam processos de ocupação desse espaço. Aniquilação do imaginário e dos saberes dos povos originários.
Natureza imaginária	<ul style="list-style-type: none"> Representação da natureza como pujante, indomável, intocada, uma espécie de santuário. Populações em “estado de Natureza”. Natureza como algo a ser preservado. 	<ul style="list-style-type: none"> Associa a região a um espaço atrasado a ser desenvolvido. População vista como selvagem, arcaica, sem tecnologia. Natureza separada da cultura.

Região periférica	<ul style="list-style-type: none"> • Dentro do quadro espacial brasileiro formação de um bloco de poder subalternizado. • Marginalização política e econômica. • Subordinação aos interesses nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inferiorização política da região e de seus habitantes. • Região como um espaço a ser manobrado, controlado conforme os interesses das elites locais em conformação com os sistemas globais de poder.
Questão Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Aparece como um desafio para garantir a integridade territorial do país. • Sua incorporação ao sistema territorial nacional, esteve subordinado a interesses externos à região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção ao território nacional sob o signo conservador e, portanto, mantendo relações de poder já existentes.
Vazio demográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Foco estatístico sobre a população. • Relação binária entre número de habitantes e área ocupada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso utilizado para justificar ações de ocupação regional. • Desconsidera as variações históricas do quantitativo populacional (imigração e emigração). • Menospreza os diferentes modos de vida locais e suas formas de organização no espaço.
Reserva de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na diversidade dos recursos naturais e seu potencial de exploração econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segmenta o ecossistema considerando de maneira isolada, elementos como solo/subsolo e floresta. • A apropriação dos recursos naturais, ocorrendo concomitantemente a apropriação de saberes locais, geralmente desconsiderando-os.

Fonte: Porto-Gonçalves (2008, 2017), organização do autor.

Uma primeira constatação é a ausência de sintonia entre a visão que se projeta sobre a região e a realidade espacial vivenciada por seus habitantes. A carga ideológica e generalista foca em um aspecto para obscurecer outro. Do ponto de vista da geografia, a região é construída discursivamente como uma planície isotrópica, marcada pela uniformidade em suas características naturais e sociais.

O Quadro 1 sugere, ainda, que as imagens construídas sobre a região alicerçam ações que propositalmente negam a realidade local, ou mesmo fantasiam elementos (naturais) da composição desse espaço, conferindo-lhe uma autonomia que, no extremo, representa um etnocídio direcionado aos povos e populações locais. Considera-se a floresta dissociada de seus habitantes, de sua cultura e dos saberes que ali se constroem. A visão, tida como científica, prioriza, por exemplo, a dinâmica hidrográfica, desconsiderando a tradição

ribeirinha. Destaca a grandiosidade do manto florestal, porém ignora a milenar produção agrícola e extrativista.

Na visão de Porto-Gonçalves (2012, 2017), a lógica que preside essa forma de pensar a Amazônia é marcada por um legado epistemológico que opera com base em separações como "Sociedade e natureza", "Tempo-espaço". Esse direcionamento nega a diversidade epistêmica construída pelos povos amazônicos a partir de sua relação com a sociobiodiversidade da região.

Outro aspecto destacado por Porto-Gonçalves (2012, 2017) é a condição de espaço a ser conquistado. Isto é, como se a região não tivesse o arbítrio necessário para construir seus próprios caminhos. Nessa direção, a ocupação/invasão converte-se em uma necessidade corrente, pois, sendo a região um espaço natural, sem a presença humana e com grande potencial de recursos, a ocupação "torna-se" uma obrigação do Estado. As políticas, nesse sentido, reiteram esse imaginário institucional que prevê o domínio e o controle dos recursos naturais, além do potencial para expansão do capital, sobre essa errante fronteira do mundo. Essa visão pode ser exemplificada em uma propaganda pública destinada a atrair investidores para a região, vinculada por meio do Ministério do Interior, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como está ilustrada na Figura 3.

Figura 3: Propaganda direcionada a atrair investidores para a Amazônia



Fonte: INESC, 2014.

Ainda como parte dos elementos identificados por Porto-Gonçalves (2012, 2017), observa-se que as populações, nos seus mais diversos modos de vida, são esvaziadas de seu sentido histórico. Perdem a condição de sujeitos na produção do espaço e são consideradas dados estatísticos, buscando reafirmar a ideia de vazio demográfico. A razão estabelecida é "muita terra para pouca gente". Diretamente associada a esse raciocínio está, em primeiro lugar, a negação de formas alternativas de organização socioespacial. Nesse caso, aldeias e povoados distribuídos ao longo de territórios descontínuos ou com uma grande "reserva" de natureza, são tomados como "espaços vazios".

De forma associada e como consequência direta do discurso da rarefação populacional está a justificação do domínio e expansão sobre terras e territórios ocupados por populações tradicionais. Esse aspecto é especialmente delicado quando se pensa nas populações indígenas, haja vista que, sua terra é parte integrante de sua organização simbólico-cultural. Na realidade a terra é a base material de um conjunto de manifestações identitárias que constroem seu campo mítico, a partir de referenciais de "natureza" como o rio, a floresta e seus entes místicos.

A contar das críticas apontadas por Porto-Gonçalves (2012, 2017), é possível reafirmar um entendimento sobre a região. Para o autor, esse espaço deve ser referenciado através de sua grande diversidade socioambiental, cultural e de saberes. Isso significa que essa fração espacial é uma "região em si". Um território complexo de grande lastro histórico composto por modos de vida variados, forjados em uma relação umbilical com a natureza.

Admite-se, portanto, que a região guarda em seu quadro espacial diversas temporalidades que não podem ser invisibilizadas, negadas ou suprimidas. Temporalidades indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, além de diversas manifestações camponesas, que se engendraram nesse espaço territorial. São povos e comunidades que foram construindo seus modos de vida a partir de "tempos lentos", da observação e da experiência direta com esse espaço, da defesa e luta por seus territórios. Esse último elemento será melhor abordado no próximo tópico

Amazônia: um território de resistências

Na proposição de Porto-Gonçalves, um primeiro dado, basilar para se pensar a região amazônica como um território de resistência, é considerar a ocupação milenar desse espaço social. Isso porque, as sociedades indígenas ou pré-coloniais coabitam a região a pelo menos 12 mil anos (no caso da Amazônia brasileira), o que lhes garantiu um vasto repertório de conhecimentos e modos de vida adaptados ao metabolismo da floresta e de seus ecossistemas. Reiterando a ideia de Amazônia como um espaço social e de resistência, o autor destaca que

[...] povos/etnias/nacionalidades passaram a desenvolver diversas formas de conhecimento necessárias para comer (caça, coleta, pesca, agricultura), para habitar (arquitetura) e para curar-se (múltiplas medicinas). Assim, na Amazônia não há só uma imensa floresta e uma imensa bacia hidrográfica, como comumente é destacado, mas também um patrimônio de conhecimentos desenvolvidos com (e não contra) essas condições da vida [...] (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 21-22)

A própria maneira de periodizar a região considerando o processo de ocupação a partir da chegada dos colonizadores, já revela uma postura científica etnocêntrica que, portanto, menospreza formas de “ser” e “saber” que ocupam a região desde os tempos pretéritos. É inegável que a ação colonizadora representou um marco transformador na dinâmica social das populações indígenas, já que, a partir desse contato uma nova organização do espaço que foi imposta.

Com a chegada da frente colonizadora no século XVII, a resistência indígena que estava restrita às intempéries da convivência com a floresta passou a significar a luta por seus territórios e seus modos de vida. Migrar, lutar ou aliar-se temporariamente aos colonizadores, era uma forma de “fugir” da escravidão imposta pela elite colonial. Isso ocorreu, por exemplo, na relação dos indígenas com as missões religiosas.

[...] a conquista dos espíritos dos indígenas tornou-se fundamental para afirmar as marcas do domínio colonial. Os volumes a serem mercantilizados exigiam o domínio de vastas áreas em face da característica da floresta indicada. Os índios começam a revelar sua dificuldade de entender a lógica do viver para trabalhar do homem ocidental, já que eles que trabalhavam para viver. Seus conhecimentos dos ecossistemas regionais lhes davam sempre a possibilidade de fuga, de liberdade [...] (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 80)

Como destacado o colonialismo lançou suas ações sobre o território e as sociedades indígenas, e, a partir de então, teve início um movimento de resistência que se mantém até a contemporaneidade. Nessas primeiras ações indígenas está a base dos processos de luta e resistência que irão se estabelecer na região e que serão objeto de estudo pela geografia produzida pelo autor.

As ações de dominação direcionadas à Amazônia buscaram explorar a natureza e a sociedade local. O resultado prático foi a potencialização de lutas sociais. De acordo Porto-Gonçalves (2014), as lutas sociais são lugares, do ponto de vista epistêmico, fundamentais para se pensar as contradições da sociedade em seu estado prático. As contradições sociais são oriundas de projetos de dominação ou resistência que se espriam não somente sobre segmentos da sociedade, mas também, da natureza.

A natureza, é para o autor, um conceito socialmente construído e “[...] Constitui um

dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, em fim, a sua cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.23). O pensamento sobre a natureza que norteou o processo de colonização/dominação da região amazônica, esteve fundado na ideia de natureza como objeto a ser dominado (PORTO-GONÇALVES, 2008). Essa dominação sempre foi contraposta por ações de resistência por parte dos povos e populações amazônicas. Na reflexão desse processo, o conceito de território se tornou basilar. Dessa forma, cabe aqui uma breve menção uma vez que sua elaboração permite pensar a resistência amazônica.

Na elaboração da “geografia das resistências”, o autor realiza um claro movimento de captar a dinâmica dos sujeitos em luta. Nesse sentido, propõe entender o território:

[...] como cada ente natural é significado - a começar com suas designações (afinal, dar nomes próprios é a primeira apropriação); o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes subespaços, constitui as diferentes ‘ordens sociais’, seus territórios (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.26)

Deste modo, identifica-se que território é um espaço construído como resultado da apropriação em diversas manifestações, orientada a partir de ações coletivas que criam ordens sociais específicas. Essa relação estabelecida se nutre tanto na América Latina quanto na Amazônia por meio de processos de resistências que emanam de um lugar “tanto geográfico quanto epistêmico” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.51).

Dessa maneira, o conceito de território utilizado por Porto Gonçalves é fundamental para apreender os movimentos sociais na sua ação territorial constitutiva, já que, a “luta” por eles empreendida é carregada de uma dimensão espacial. As lutas sociais não se restringem a uma demanda material por um “pedaço de chão”, mas também pela possibilidade de existir sendo quem são. Para o referido autor o território não é um dado natural, mas uma construção social, fruto de relações de poder e influenciado pelas dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais. Trata-se de um espaço sempre em disputa.

Em vista disso, os movimentos sociais se tornam agentes importantes de consolidação dos “territórios amazônicos”, uma vez que, buscam desconstruir as relações de dominação existentes, democratizar o acesso aos recursos naturais e culturais e fortalecer as identidades locais. Dessa forma, identidades como: indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco e diversas designações camponesas perpassam, necessariamente, por uma luta por território, floresta ou água. Esse aspecto foi, na

avaliação de Porto-Gonçalves (2012), um dos elementos essenciais que pautou a luta dos seringueiros e dos povos da floresta que deixaram um legado de luta pela preservação do meio e por justiça social. Como destacou em outro momento,

[...] a aliança dos povos da floresta deu força política organizada a uma tradição sociocultural inscrita no metabolismo da floresta com os encontros virtuosos dos diferentes povos indígenas com outros povos e culturas que plasmaram os camponeses caboclos ribeirinhos (os cabanos), os quilombolas, os seringueiros e os sulistas acaboclinizados em Rondônia (Projeto Recla) (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p.234)

Os seringueiros, objeto de reflexão da tese defendida pelo autor, construíram um capítulo à parte no processo de luta e resistência da floresta Amazônica. A exploração vivenciada por eles, somada à articulação política e à visibilidade que a sua maior liderança ganhou (Chico Mendes) no cenário internacional produziu um movimento que aglutinou os povos da floresta em uma luta para mantê-la de pé. Na realidade o movimento seringueiro conseguiu traduzir, por meio da luta social, demandas que perpassavam a vida dos amazônidas de maneira geral. Descrevendo o cenário de tensão estabelecido na região, no período pós-1960, o autor assevera que:

[...] de fato, a partir de 1970 em diante assistiremos a um processo tenso e intenso de conflitos entre aqueles que dependem da floresta para viver e aqueles que querem desmatar, posto que a floresta não tem nenhum valor de uso para quem quer fazer pasto. Para uns, esses habitantes da floresta, trata-se de manter o habitat, *locus* do seu *habitus*. Para outros, os “paulistas”, para os “de fora”, trata-se de afirmar o progresso nessas terras ainda dominadas pela natureza, conforme reza o imaginário da modernidade [...] (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 74)

A configuração da Amazônia como um complexo território (ou territórios) de resistência é fruto de uma longa história indígena, camponesa e extrativista que incorporaram nas suas reivindicações o direito ao território (material e simbólico). Ainda que o componente “terra” (água, floresta) tenha uma centralidade, a luta não se restringe à mera reprodução econômica, trata-se na verdade de uma luta por sua cultura, sua forma de ser e de se relacionar com a natureza. A Amazônia é um espaço de resistência, porque guarda temporalidades e espacialidades que permanecem, se reinventam diante das ações colonizadoras e ao colonialismo que se mantém nas estruturas de poder. A obra de Porto-Gonçalves mostra que para as populações amazônicas existir, também pressupõe resistir, haja vista que, historicamente a exploração da região foi direcionada ao aproveitamento abusivo da floresta e de seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das proposições de Porto-Gonçalves (1999, 2008, 2012, 2014, 2017, 2021), permitem estabelecer um alinhamento de seu pensamento com correntes teórico-políticas emancipatórias e pós-coloniais. Uma das principais premissas de seu trabalho foi a contextualização histórico-espacial, o que pressupõe identificar a Amazônia como um espaço dinâmico sujeito a intensas transformações ao longo do tempo. Outro aspecto perseguido pelo autor foi a inserção da região no sistema-mundo. Dessa forma, os projetos coloniais (internos e externos) desempenharam um papel fundamental na configuração do espaço regional.

A reflexão de Porto-Gonçalves fortalece uma teoria política que objetiva a superação da visão eurocêntrica cristalizada nas ações e nos discursos sobre o espaço regional amazônico. São estereótipos e preconceitos que permeiam a política, a ciência e a sociedade como um todo. No cerne desses discursos estão os esforços para negar, eviscerar, compartimentar e disciplinar uma região com um histórico de exploração e resistência.

O valor da Amazônia reside na relação inextricável entre a floresta e as pessoas, uma mistura que entrelaça a terra e o modo de vida. Como mostrou o autor, o “brilho” da região não pode ser reduzido à sua riqueza natural; o seu patrimônio reside na simbiose da diversidade genética e social. É, pois, importante destacar a crítica de Porto-Gonçalves ao capitalismo "colonial moderno", uma vez que, o progresso capitalista determinou uma série de problemas sociais e ambientais vividos por toda a região.

As “geografias da resistência”, construídas pelo autor, buscaram valorizar a história de luta dos sujeitos subalternizados pelas estruturas de poder. Nas experiências dos povos indígenas, camponeses e ribeirinhos, há um conjunto de conhecimentos que devem ser respeitados e valorizados. O que é recorrente na vida dos povos indígenas e dos habitantes da Amazônia é a resistência a vários ataques às suas terras e meios de subsistência. Nesse sentido, diferentes modos de vida são moldados e reinventados no processo de luta pela preservação de identidades territoriais múltiplas. A obra de Porto-Gonçalves provoca uma mudança na forma como lemos a Amazônia, ou as "Amazônias", isto é, ressaltando seu caráter plural e diversificado.

REFERÊNCIAS

- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão popular, 2021. p. 288.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 178 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A reinvenção dos territórios na América Latina*. Universidade Autónoma do México, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira: Geografia e Movimento Social. *Geographia: UFF*, Niterói, n.2, p. 66-88, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Entrevista com o Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves – Geografia e Resistência, 2021. Disponível em: www.youtube.com/@GENATUFPB/videos. Acesso em: 01 mar. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.